

# O desenvolvimento linguístico do conceito Teoria da Conspiração e suas implicações históricas

The linguistic development of the  
Conspiracy Theory concept and its  
historical implications

El desarrollo lingüístico  
del concepto “Teoría de la  
Conspiración” y sus implicaciones  
históricas

Cintia Coelho da Silva<sup>1</sup>

Isabel Orestes Silveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente texto visa propor um enriquecimento na compreensão do conceito de “teoria da conspiração” e seus conceitos irmãos: “negacionismo” e “programação preditiva” – uma vez que os conceitos favorecem a produção de saberes e, conseqüentemente, ampliam as possibilidades de entendimento sobre um determinado tema. O ensaio foi elaborado a partir da evolução linguística do conceito, ao longo da história. Apoiado na construção de “árvores conceituais” (Barros, 2016), na Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (1995) e no uso de *big data* (Google Trends), constatou-se a evolução do sentido pejorativo do conceito de “teoria da conspiração” devido à força comunicativa midiática, aos promotores de conteúdo digital e pela influência governamental no desenvolvimento da linguagem (Rankin Junior, 2017).

**Palavras-chave:** sentido; conceito; teoria da conspiração, linguagem, opinião pública.

**Abstract:** The present text aims to offer a broader understanding of the concept of “conspiracy theory” and its pair concepts: “negationism” and “predictive programming” – since the concepts favor knowledge production and, consequently, to expand the possibilities of understanding a particular topic. The essay was elaborated from the linguistic evolution of the concept, throughout history. Based on the construction of “conceptual trees” (Barros, 2016), on the Critical Discourse Analysis (CDA) of Norman Fairclough (1995) and on the use of big data (Google Trends), it was verified the evolution of the pejorative sense of the concept of “conspiracy theory” due to the media communicative force, to the promoters of digital content and to the governmental influence (Rankin Junior, 2017).

**Keywords:** meaning; concept; conspiracy theory, language, public opinion.

**Resumen:** El presente texto tiene como objetivo proponer un enriquecimiento en la comprensión del concepto de “teoría de la conspiración” y sus conceptos relacionados: “negacionismo” y “programación predictiva”, ya que estos conceptos favorecen la producción de conocimiento y, por ende, amplían las posibilidades de comprensión sobre un tema determinado. El ensayo se ha elaborado a partir de la evolución lingüística del concepto a lo largo de la historia. Apoyándose en la construcción de “árboles conceptuales” (Barros, 2016), en el Análisis Crítico del Discurso (ACD) de Norman Fairclough (1995) y en el uso de big data (Google Trends), se ha constatado la evolución del sentido peyorativo del concepto de “teoría de la conspiración” debido a la fuerza comunicativa mediática, a los promotores de contenido digital y a la influencia gubernamental en el desarrollo del lenguaje (Rankin Junior, 2017). Palabras clave: sentido; concepto; teoría de la conspiración; lenguaje; opinión pública.

**Palabras clave:** sentido; concepto; teoría de la conspiración; lenguaje; opinión pública.

## INTRODUÇÃO

Quando se deseja buscar definições conceituais para diferentes fenômenos que ocorrem na natureza ou no pensamento, comumente constroem-se teorias. Daí decorre que “conceitos”, diferentemente de termos, expressões, categorias e noções, não são consensuais, pelo contrário, podem, em alguns casos, ter sentidos completamente opostos e gerar ambiguidades e, particularmente, polissemia (múltiplos significados dependendo do contexto).

Não obstante ao caráter dinâmico dos conceitos, por conta do aspecto mutável de seu uso e aplicação temporal e contextual, interessa nesta reflexão investigar um conceito antigo, conhecido como teoria da Conspiração.

A teoria da conspiração pode ser identificada pelo senso comum como algo descabido, mentiroso e ridicularizável. Entretanto, ao observar a história e bibliografia que trata sobre o tema, percebe-se que a expressão pode ser entendida como uma teoria que envolve uma conspiração – e que pode se mostrar justificada ou injustificada (Dentith, 2012). O que faz o termo “teoria da conspiração” se tornar um conceito é a sua polissemia e seu potencial atributo generalizador (Barros, 2016, p. 88-89).

Isso posto, cabe enfatizar que o objetivo desta investigação não será o de identificar se ou o porquê do termo, corriqueiramente, ser ou não utilizado de maneira depreciativa, mas lançar luz sobre o fato de que, a partir de determinados eventos controversos ou questionáveis, observa-se, em especial nas mídias de massa, o uso recorrente do termo supracitado. Por isso, a problemática da pesquisa acolhe a seguinte indagação: “por que o termo teoria da conspiração se prolifera quando narrativas oficiais são questionadas?”.

Essa investigação se justifica pelo fato de favorecer o diálogo interdisciplinar sobre a história social das ideias e a função que o pensamento pode desempenhar nos rumos da sociedade à medida que explora os diferentes sentidos ambíguos do conceito sobre teoria da conspiração. Intenciona-se contribuir para evidenciar a complexidade e, a extensão de novos modos de ver o sentido subordinado do conceito e suas relações com as perspectivas políticas em seus respectivos contextos de produção, recepção e interpretação, por entender que todo conceito tem sua historicidade e é, a partir da explanação do desenvolvimento linguístico desse conceito, como de sua estruturação semântica, que se busca contrapor ao

menos dois sentidos encontrados nesse conceito e em seus conceitos irmãos: “negacionismo” e “programação preditiva”.

A proposta metodológica busca elucidar a polissemia do conceito “teoria da conspiração” baseando-se em autores como Basham (2018), Dentith (2012), Fenster (1999) e Rankin Junior (2017), autores que se debruçaram sobre o tema. Além de Barros (2016) por meio da construção de árvores conceituais, e, Fairclough (1995) que elaborou o método de Análise Crítica do Discurso (ACD) entendido ainda como uma espécie de perspectiva teórica sobre linguagem e semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, etc.) que permite análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões sobre o processo social. A partir da observação da produção do sentido dos textos, espera-se observar o conceito a partir de sua significação.

Os argumentos que seguem traçam uma linha do tempo evolutiva que demonstra o desenvolvimento linguístico do termo, desde o momento do seu primeiro registro, para depois ilustrar pelas “árvores conceituais” os conceitos “teoria da conspiração”, “negacionismo” e “programação preditiva”.

Assim, o presente ensaio pretende trazer luz sobre a temática por meio de três grandes blocos: primeiro, a evolução da linguagem; segundo, a observação das narrativas dominantes, oficiais e oficiosas, em particular, de conteúdos recebidos por meio de mídia de massa (*mainstream*) face à administração da opinião pública (Lippmann, 2017) e terceiro, a análise dos estigmas que envolvem a linguagem.

#### EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM: A HISTÓRIA DO TERMO “TEORIA DA CONSPIRAÇÃO”

Quando se busca uma definição sobre a teoria da conspiração, é comum deparar-se com explicações generalizantes tais como forças políticas. Isso pode ser observado no *Oxford English Dictionary*: crença de que alguma agência secreta, mas influente (normalmente política na motivação e opressiva na intenção) é responsável por um evento inexplicável. Vale destacar ainda, a primeira versão mais geral da definição do *Oxford English Dictionary*: uma teoria de que um evento ou fenômeno ocorre como resultado de uma conspiração entre as partes interessadas.

Os dicionários apresentam definições e significações de palavras, termos e expressões. Contudo, quando se trata de conceitos, há uma redução de sua

compreensão, uma vez que a significação dada não abrange toda a sua extensão (Gama de aplicabilidade do conceito).

Todo conceito tem sua historicidade, e é a partir da explanação do desenvolvimento linguístico do mesmo, assim como de sua estruturação semântica que buscamos contrapor pelo menos dois sentidos encontrados no conceito “teoria da conspiração” e em seus conceitos irmãos (“negacionismo” e “programação preditiva”).

“[...] A teoria da conspiração da sociedade de Popper é uma versão dessa teoria, e as teorias discutidas por Cubitt, Fenster, Hofstadter e Groh também se enquadram nesse esquema geral. Obviamente, esses escritores têm uma visão obscura dessas teorias [...]” (Dentith, 2012, p. 36-37, tradução nossa)<sup>3</sup>. Dito de outro modo, a teoria da conspiração é estigmatizada e entendida como narrativas irracionais produzidas por grupos sociais extremistas.

A origem do uso do termo “teoria da conspiração” como expressão com conotação negativa é anterior à década de 1960, ao contrário do que muitos acreditam. O banco de dados do periódico *American Historical Review* registra um uso isolado da palavra “conspiração” em 1909, e o *Oxford English Dictionary* aponta o uso da expressão “conspiracy theory” desde 1870, embora com raridade até meados do século XX (OED, 2024)..

Contudo, na obra *Twentieth century words* (1999) de John Ayto, o autor afirma que o termo “teoria da conspiração” era neutro antes de adquirir uma conotação pejorativa, o que remontaria à década de 1960 (circunstância do assassinato de John F. Kennedy) – o que foi reforçado por outros autores e estudiosos (Lance DeHaven-Smith [2013] e Mark Crispin Miller [1996]<sup>4</sup>) que se debruçaram sobre o tema.

Entre o período de 1909 (ano do primeiro registro de uso da palavra “conspiração”, em isolado) até a década de 1960 (período em que o termo se popularizou) a literatura e os estudos específicos sobre o termo “teoria da conspiração” são limitados, mas no capítulo *The History of Conspiracy Theory Research: A Review and Commentary*, escrito pelos autores Michael Butter e Peter Night (2018), que compõe a obra *Conspiracy Theories and the People Who Believe Them* editada por Joseph E. Uscinski mostra que o interesse acadêmico pelo conceito ocorre somente na década de 1930, como parte de explorações psico-históricas sobre as origens do totalitarismo, e muito embora tais pesquisas fossem

incipientes e se concentrassem principalmente em contextos específicos, como o totalitarismo, elas proporcionaram *insights* sobre os fatores psicológicos, políticos e sociais que podem levar à formação e disseminação de teorias conspiratórias. Tal linha de pesquisa perdurou até os anos de 1950, ou seja, uma década antes da massificação dos termos “teoria da conspiração” e “teórico da conspiração” (contexto do Relatório Warren – Memorando 1035-6 da CIA e o assassinato de John Kennedy).

Os autores Butter e Night também ressaltam que já na década de 1950 o uso da expressão “teoria da conspiração” influenciou a opinião pública devido à atenção que este termo recebeu por parte da mídia, no período em questão (Butter; Knight, 2018). Butter e Knight também apontam que o denominador comum desses primeiros estudos é que eles patologizam as teorias da conspiração e aqueles que acreditam nelas. Obras posteriores, já na década de 1960, também evidenciam isso, como a obra do historiador estadunidense Richard J. Hofstadter *The paranoid style in American politics* que ao transpor um termo da psicologia clínica “paranoia” para o campo da política, transformou em patologia as teorias da conspiração (Hofstadter, 1964). Hofstadter estabeleceu uma conexão entre as teorias da conspiração e uma suposta forma de patologia social. Seu trabalho explorou como essas teorias fazem aumentar a desconfiança e geram uma sensação de ameaça à ordem estabelecida. Além disso, o autor também mostrou como as teorias da conspiração podem se enraizar nas narrativas políticas e compor a opinião pública.

Essa tendência de patologização das teorias da conspiração, segundo Butter e Night, ainda é, até certo ponto, palpável nas pesquisas mais recentes em psicologia social e ciência política que empregam metodologias quantitativas.

Além das obras de Richard J. Hofstadter, outras contribuições importantes surgiram nas décadas seguintes, destacando-se a abordagem do sociólogo francês Bruno Latour, na década de 1970. Para Latour, as teorias da conspiração refletiam uma mistura de descrença e ausência de reflexão séria, utilizando-se das armas da crítica social. Latour sugere que a grande popularidade de teorias da conspiração na cultura de massa pode ser, em parte, devido à presença da teoria crítica de inspiração marxista e de ideias semelhantes no meio acadêmico (Latour, 2004). O autor argumenta que a popularidade das teorias da conspiração poderia ser atribuída à disseminação de ideias que questionavam as estruturas de poder e exploravam a desconfiança generalizada nas instituições sociais. O autor

também trata o termo “teórico da conspiração” como uma espécie de “termo guarda-chuva” para “abrigar” o termo “negacionista”, o que é feito de forma recorrente dentro do senso comum. O termo “teórico da conspiração” é frequente e facilmente substituído ou complementado pelo termo “negacionista”. Por isso que nesse trabalho nós nos valemos do termo “conceitos-irmãos”, estabelecendo uma espécie de relação de “parentesco” e “familiaridade” entre tais conceitos que dentro do senso comum ora são usados como sinônimos ora como complementos. O mesmo se dá com o conceito de “programação preditiva”, que seja por conta de sua própria natureza intrigante que pode levar à desconfiança (levando algumas pessoas a acreditar que possa haver conspirações e eventos encobertos) ou por conta da mídia que amplifica a disseminação de narrativas que conectam a programação preditiva a acontecimentos ocultos, a programação preditiva é igualmente associada à teoria da conspiração.

Já na década de 1980, Carl F. Graumann (1987) observa que, apesar de as teorias da conspiração serem consideradas uma temática de interesse psicológico, não havia um número significativo de pesquisas sistemáticas na área (Van Prooijen; Acker, 2015). . A partir daí, iniciaram-se estudos sobre os fatores psicológicos que poderiam explicar a propensão em crenças em teorias da conspiração (Byford, 2014). É também em 1980, que é publicado um romance<sup>5</sup> marcante (O Nome da Rosa de Umberto Eco) sobre teoria da conspiração. Sendo que em 1988, o mesmo autor também publica mais um romance (O Pêndulo de Foucault) tratando desta temática.

Esta presença nos estudos acadêmicos e na literatura sobre teorias da conspiração, iniciados na década de 1980, colaboraram para a grande popularidade que este tema passou a ter na década seguinte (1990). Além disso, é nesta última década (1990) que surgem teorias das conspirações amplamente propagadas e posteriormente justificadas: A Nova Ordem Mundial<sup>6</sup> e o testemunho de Nayirah<sup>7</sup>.

Rankin Junior, em sua tese de 2017, *The conspiracy theory meme as a tool of cultural hegemony: a critical discourse analysis*, cria um panorama mais amplo ao traçar uma evolução histórica do sentido pejorativo que acompanha de fato o termo desde o seu primeiro registro (Figura 1).

O que se nota no quadro (Figura 1) é que os eventos históricos ou a publicação de textos que comportam o termo “teoria da conspiração” em seu conteúdo apresentam, na verdade, uma síntese das insuficiências dessas elaborações conceituais ao longo do tempo.



Figura 1 – Linha do tempo com a evolução pejorativa do conceito de “teoria da conspiração”

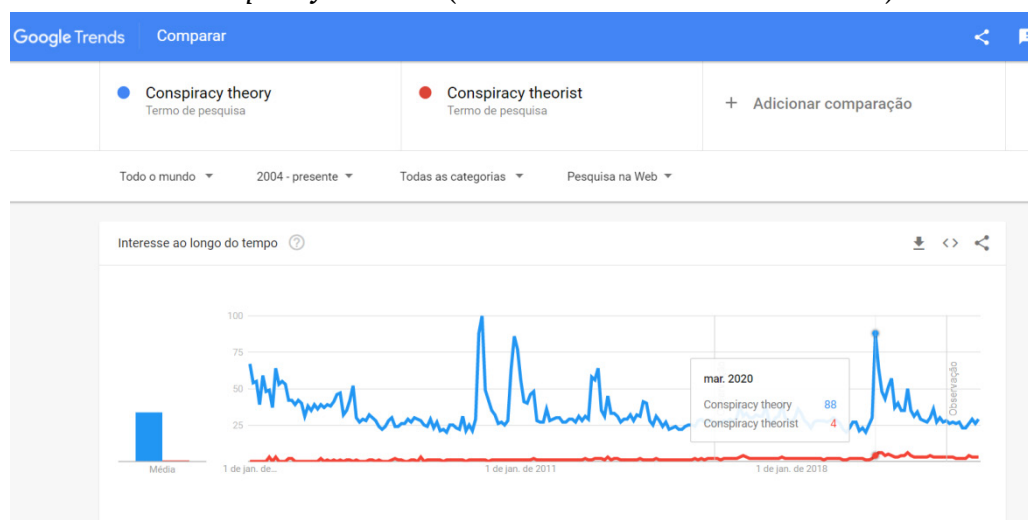
Linha do tempo com a evolução da termo conceito "teoria da conspiração"												
	1870	1909	1940	1964	1967	1994	1997	2010	2014	2015	2016	2020
Registros e definições	1º registro do termo "teoria da conspiração". Evidência do uso pejorativo do termo na literatura acadêmica ocorre na edição de janeiro de 1870 do Journal of Mental Science (MAUDSLEY et SIBALD, 1870, p. 141).	1º registro da palavra "conspiração" (em isolado). O revisor Alan Johnson usou o termo em referência a um suposto conluio de figuras de autoridade em uma crítica da American Historical Review de uma dissertação de doutorado. (RANKIN, 2017, p.13.).	Já no final da década de 1940, muitos eventos que as pessoas achavam impopulares eram frequentemente atribuídos às ações diretas de indivíduos ou grupos poderosos e considerados conspirações (POPPER, 1949). Na mesma década houve a publicação da obra "A Sociedade Aberta e Seus Inimigos de Popper" (1945).	Associação do termo com a ideia de paranoia devido à obra do historiador estadunidense Richard J. Hofstadter "The paranoid style in American politics". Ao Transportar um termo da psicologia clínica para o campo da política, Hofstadter transformou em patologia as teorias da conspiração. <b>Parece que a construção social mais significativa do pejorativo começou com Hofstadter. (RANKIN, 2017, p.25.).</b>	Relatório Warren versus Memorando 1035-6 da CIA e o assassinato de John Kennedy.	Existem associações de Popper e termo teórico da conspiração. Usando o Google Books Ngram Viewer (Google Books, 2016), o nome de Popper e o teórico da conspiração são mencionados em proporções semelhantes até sua morte em 1994. (RANKIN, 2017, p.73.).	O termo apareceu pela primeira no Oxford English Dictionary (SPARK et CAVALEIRO, 1998).	Michael Shermer figura também associada a criação do sentido pejorativo do termo. (SHERMER, 2010).	Cass Sunstein figura também associada a criação do sentido pejorativo do termo. (SUNSTEIN, 2014).	Evidência do uso pejorativo do temo na mídia contemporânea (documentário: The Conspiracy 'Theory' Conspiracy de Adam Green).	A associação dos termos teoria da conspiração e teórico da conspiração com linguagem negativa é encontrada facilmente no Google News (2016), Google (2016) e Google Scholar (2016). Esses bancos de dados contêm dezenas de milhares de registros em que os termos aparecem em conjunto com as palavras: <i>lunatic fringe</i> , <i>wingnuts</i> , <i>irrational</i> , <i>illegitimate</i> , <i>paranoid</i> , <i>nutcase</i> , <i>loony</i> , <i>whack jobs</i> , <i>crazy</i> , <i>bizarre</i> , e <i>weird</i> . (RANKIN, 2017, p.73.)	Vemos disparar as buscas no Google pelo termo "teoria da conspiração" e "teórico da conspiração" (a partir de agosto de 2020). O mesmo ocorre com as buscas pelos termos correlatos "negacionismo" e "negacionista" que também dispararam em 2020.
							Daniel Pipes figura também associada a criação do sentido pejorativo do termo. (PIPES, 1997)				Kurt Eichenwald figura também associada a criação do sentido pejorativo do termo. (EICHENWALD, 2016).	
				As três publicações críticas que mais contribuem para a difusão do pejorativo: "A Sociedade Aberta e Seus Inimigos de Popper" (1945), o ensaio de Hofstadter (1964) publicado na Harper's e, o memorando da CIA (1967).				Pipes, Shermer, Sunstein e Eichenwald possui vínculos diretos e indiretos com instituições de poder que podem ter interesse em proteger a narrativa oficial. Cada um desses indivíduos é mencionado dezenas de milhares de vezes na literatura popular, usando o Google em conjunto com o termo conspiração, mas muito menos na literatura acadêmica usando o Google Scholar. Além disso, Sunstein foi o jurista mais citado de 2009 a 2014 (Farris, Aggerbeck, McNevin, & Sisk, 2016). Eichenwald, Shermer e Sunstein apareceram como especialistas no documentário Green (2015). (RANKIN, 2017, p.84).				

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apesar da falta de um detalhamento meticuloso da teoria o que se intentou realizar foi um resgate de sentidos possíveis e reconstruir seus processos (histórico-discursivos) não se propondo ser a única e nem a verdadeira. Assim, a guisa de exemplos, destacam-se três episódios ou acontecimentos históricos que podem dar uma visão da vulnerabilidade do conceito.

Apesar de suas particularidades acentuadas e temporalidades distintas os anos de 1967 (assassinato de John F. Kennedy), de 2001 (11 de setembro, atentado às Torres Gêmeas do World Trade Center) e 2020 (anúncio oficial da pandemia da Covid-19), possuem algo em comum. Todos esses acontecimentos tiveram e têm versões oficiais e não oficiais sendo propagadas na sociedade – contudo, tais questionamentos às versões oficiais, reforçam a proliferação dos conceitos da “teoria da conspiração” como nos mostra o gráfico do *Google Trends* (Figura 2) e, seus conceitos correlatos “negacionismo” e “programação preditiva” (Figura 3).

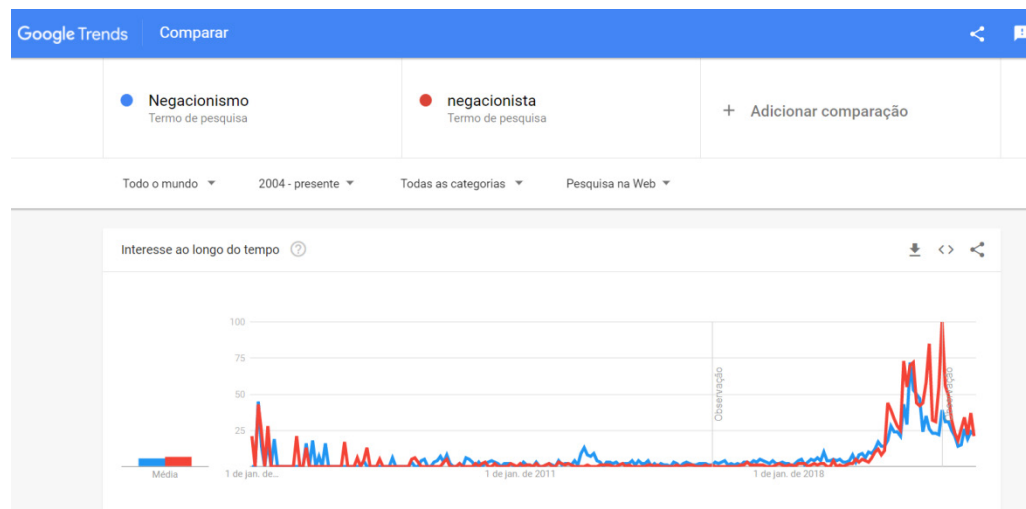
**Figura 2** – Resultado de pesquisa realizada no Google Trends para verificar e mensurar a realização de buscas feitas pelos usuários do Google pelos termos: “*conspiracy theory*” e “*conspiracy theorist*” (Período da busca: de 2004 a 2022)



**Fonte:** Google Trends.

O que se percebe nesse arco temporal é que a busca pelo conceito tende a aumentar dependendo do evento histórico a ele associado.

**Figura 3** – Resultado de pesquisa realizada no Google Trends para verificar e mensurar a realização de buscas feitas pelos usuários do Google pelos termos: “*negacionismo*” e “*negacionista*”



Fonte: Google Trends.

O interesse do público cresce no esforço de buscar uma “compreensão” do conceito de “teoria da conspiração” e seus conceitos correlatos quando há eventos históricos diversos e questionamentos às declarações ou explicações oficiais que vêm sendo difundidos pela mídia e administrados por aqueles que dominam o gerenciamento da opinião pública, ao ponto de um fato se tornar senso comum. O termo proporciona um modo de explicar a realidade social classificando-as como verdadeiras ou falsas. Ou seja, a informação ou a “verdade”, torna-se consolidado dependendo de quem dispõe da força comunicativa. Por isso, as mídias de massa, tornam-se campo de disputa sobre a produção de narrativas.

As consequências sociais alcançam os relacionamentos interpessoais em que se percebe a predisposição de muitos em subjugar o outro que questiona declarações oficiais como “negacionista” – termo que vem sendo crescente nas buscas do Google a partir de agosto de 2020 (Figura 1) e começa a diminuir em agosto de 2022.

Assim, os críticos da conspiração frequentemente mencionam, na grande mídia e outros meios oficiais de comunicação, apenas as teorias conspiratórias mais ridículas e não mencionam conspirações que são historicamente comprovadas (exemplo: Climagate [2009], Watergate [1972], MK Ultra da CIA [1950], A Nova Ordem Mundial [popularizada 2009], Experimento Tuskegee [1932] e etc.). E quando se deparam com as conspirações chamadas justificadas, automaticamente estas deixam de ser classificadas como tais. Para explicar teorias

conspiratórias que se mostram justificadas, os meios oficiais usam os termos: “jornalismo investigativo” e “análise histórica” para “apagar o rastro” de teoria conspiratória (Rankin Junior, 2017). Ou seja, não é uma teoria da conspiração se é de fato verdadeira. Além disso, a “sátira” da teoria da conspiração funciona como ferramenta de hegemonia cultural (Rankin Junior, 2017) que se torna um recurso para desqualificar o termo.

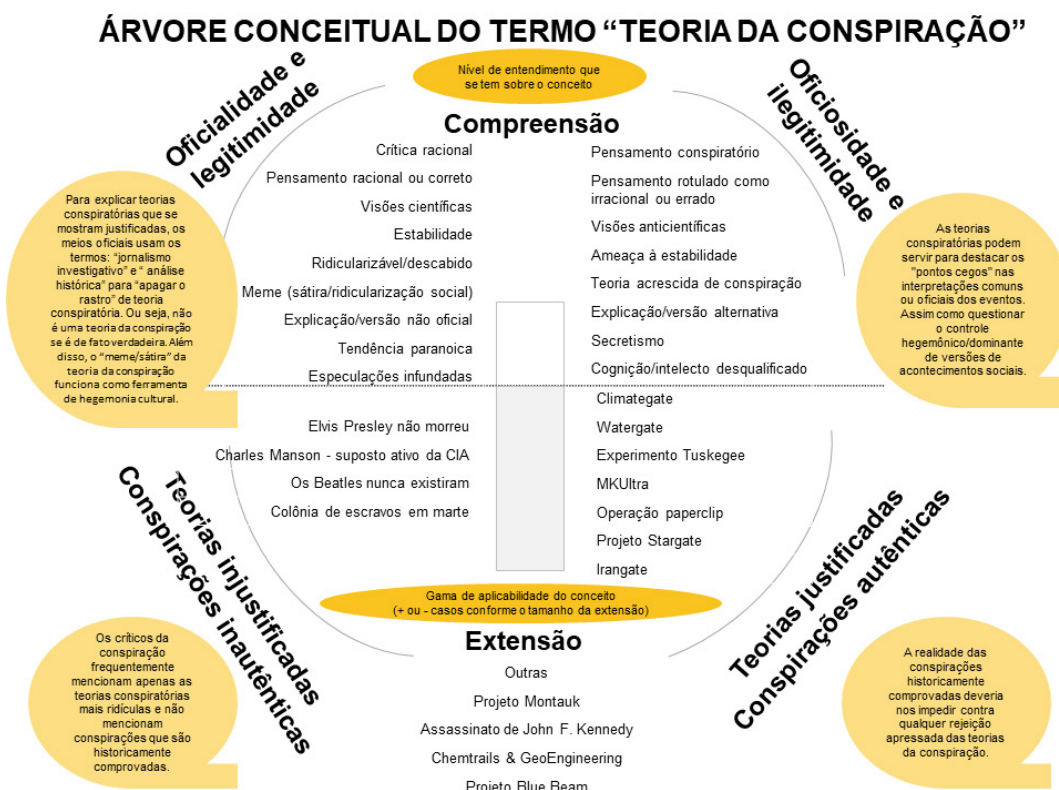
Do ponto de vista lógico, uma das coisas que colabora com a distorção de sentido de palavras-conceitos é o seu uso indiscriminado, ou seja, uma extensão (aplicabilidade) sem limites. Quando um grupo de pessoas ou quando a mídia de massa passa a fazer o uso abusivo de um termo – o que ocorre não é apenas uma vulgarização desse termo, mas um ambiente propício para sua deturpação.

Percebe-se assim que o conceito envolve uma extensa dimensão (aplicabilidade) e nível de polissemia. Daí a importância didática que pode servir para a compreensão abrangente sobre o termo a partir da criação de “árvores conceituais” (figuras 4, 5 e 6) as quais permitem, ainda que em parte, estruturar as significações de um determinado conceito e evitar os temíveis anacronismos (Cuche, 1999, p. 18). Baseando-se nesse argumento seguem ilustrações de árvores conceituais (identifica a ideia principal e buscam os fatores, as causas e consequências da ideia identificada), as quais podem embasar o conceito “teoria da conspiração” a partir de dois vieses: primeiro, o sentido que lhe é atribuído pelo senso comum e segundo, o sentido que o conceito obtém junto aos estudiosos que investigam o tema (estudos que podem divergir ou convergir com a compreensão que se tem, do conceito pelo senso comum).

Neste artigo, a árvore conceitual, pode favorecer um mapeamento da discussão em torno das teorias da conspiração (Figura 4), destacando a legitimidade e ilegitimidade sobre a definição e a produção de conhecimento sobre o assunto.



Figura 4 – Árvore conceitual do termo “teoria da conspiração”



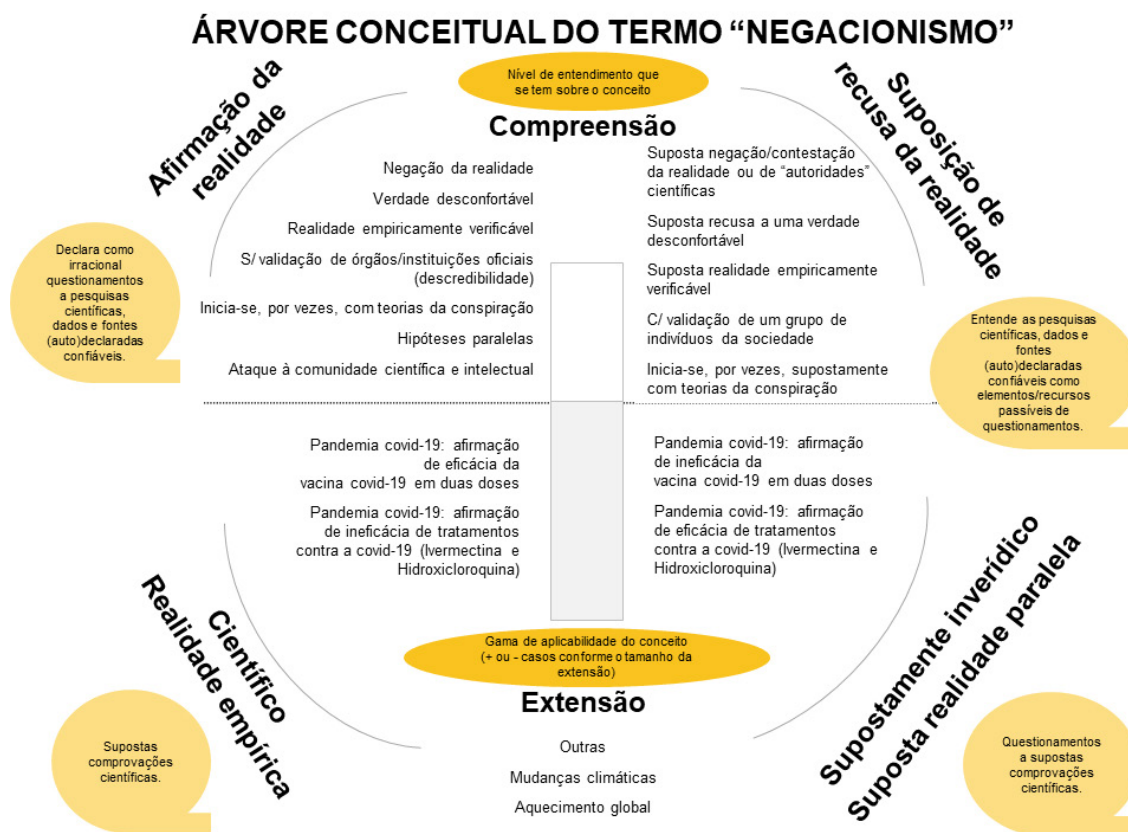
Fonte: Elaborado pelas autoras.

[...] o termo teoria da conspiração é um conceito essencialmente contestado e paradoxal. Em consonância com esta última qualificação, é interessante notar que a falta de compreensão do termo é causada por um debate acadêmico muito fragmentado, suposições irrealistas sobre a causalidade dos eventos e uma lógica maniqueísta estritamente binária que divide tudo em bom ou mau. [...] o termo teoria da conspiração também pode ser entendido como uma forma de “oposição controlada”, que pode ser definida como o uso de uma pequena quantidade de desinformação ridícula ou exagerada com o objetivo de desacreditar uma gama mais ampla de informações genuínas ou reivindicações legítimas (Neuwirth, 2022, p. 844, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Algo similar acontece com os conceitos irmãos: “negacionismo” e “programação preditiva”. No primeiro caso, o senso comum declara como irracional quaisquer questionamentos que se voltem para a pesquisas científicas, dados e fontes, muitas vezes, (auto)declaradas confiáveis. Já no segundo caso, há uma percepção

de linhas aparentemente “turvas” de distinção entre ciência e ficção ou simulação e previsão (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Árvore conceitual do termo “negacionismo”



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O que se deseja afirmar é que no contexto da realidade social os conceitos são formados em seus múltiplos sentidos e tendem a criação e recriação de narrativas e suposições controversas. Afinal:

[...] O saber de cada um a respeito do mesmo objeto é diferente, porque é condicionado pelo ponto de vista [...] cada um dos sujeitos atribui ao seu conhecimento a marca da certeza e confere ao do outro a qualificação do equívoco [...] isso leva a uma polêmica, a uma confrontação, em que cada um pretende impor ao outro o seu ponto de vista [...] (Fiorin, 2021, p.18-19).

Contudo, não é o consenso de determinado grupo (seja no contexto do senso comum ou no meio científico) que determina o que é verdadeiro ou falso, antes é a capacidade de cada questão em pauta de sobreviver aos escrutínios. Por

exemplo, quando estamos diante de uma hipótese científica (que a priori pode ser verdadeira ou falsa), esta deve ser colocada à prova – princípio da falseabilidade (Popper, 1945) por meio da observação da experiência – já que a “ciência” que não pode ser questionada não é ciência e que as teorias podem ser falseadas. Para Popper, a ciência não começa com a observação, mas com um problema e segue com uma hipótese e observação da experiência (prova). Assim, a verdade e a mentira não advêm de uma declaração ou manifesto oficial, a verdade é o que resiste e responde a todo questionamento.

Nesse sentido, o cerceamento de narrativas e discursos por meio de sua desqualificação, ridicularização ou mesmo censura atestam dois fenômenos: primeiro, a contínua produção de conhecimento para além do que é eleito como qualificado pelo pensamento abissal, ou seja, tal produção ocorre a despeito de sua consideração e segundo: a ciência, por parte da esfera dominante, do potencial de tal produção – o que explicaria, em parte, a censura ou ridicularização de fatos, dados, narrativas e versões que não corroboram com um determinado interesse dominante.

**Figura 6 – Árvore conceitual do termo “programação preditiva”**  
**ÁRVORE CONCEITUAL DO TERMO “PROGRAMAÇÃO PREDITIVA”**



**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Cabe trazer a visão de Boaventura de Sousa Santos (2017) e sua investigação sobre o contexto mundial entre os países e saberes do Norte e do Sul – visando propor um diálogo intercultural a fim de se evitar o epistemicídio (dizimação de conhecimentos locais) de saberes não provenientes do pensamento abissal.

Pois da mesma forma que Sousa Santos levanta questionamentos sobre quais seriam os conhecimentos valorizados e validados (no sentido de qualificado) e quais seriam os saberes tidos como menos ou mais importante, é preciso questionar igualmente a oficialidade de determinados conhecimentos e narrativas autodeclarados como sinônimo de verdade – e uma verdade inquestionável, diante da subjugada oficiosidade. Não se trata, no entanto, de negar os processos de validação científica, mas de analisar como certos discursos se tornam dominantes ao ponto de excluir qualquer dissidência como conhecimento não válido ou irrelevante.

Assim, coloca-se em questão as práticas sustentadas pela linguagem científica as quais são tidas como produtoras de verdades. Nesse sentido observa-se a necessidade de compreender efetivamente o plano enunciativo (nível de sentido) em que a expressão aparece nas mídias, a fim de entender que uma palavra não tem um sentido dado, mas adquire sentidos no contexto do uso, que envolve relações entre diferentes interlocutores.

As práticas sustentadas pelos discursos jurídicos e científicos, por exemplo, que buscam a verdade podem ser relativizadas uma vez que, no caso do conhecimento científico, implica que sempre houve substituição de teorias por outras mais satisfatórias.

[...] mudanças na linguagem indicam uma mudança mais profunda acontecendo, possivelmente indicando uma revolução cognitiva que requer uma investigação mais profunda sobre as ligações entre linguagem, lógica e os sentidos. Como a linguagem é um dos meios pelos quais o direito atua, o aparente aumento do número de oximora e paradoxos nos discursos científicos e jurídicos deve ser levado a sério, pois tem repercussões mais amplas para o futuro em geral (Neuwirth, 2022, p. 837)<sup>9</sup>.

Fairclough também sinaliza esta questão – abrangendo todo o aspecto sociocultural relacionado à mudança da linguagem: “[...] a necessidade de defender e sustentar a análise crítica em um momento em que ela está sob ataque [...] a mudança discursiva [faz] parte de processos mais amplos de mudança social



e cultural.”. (Fairclough, 1995, p.15, tradução nossa)<sup>10</sup>. De forma que as mudanças sociais e culturais são em grande parte, mudanças nas práticas discursivas (Fairclough, 1995, p. 96).

Outro aspecto a se considerar diz respeito ao comportamento da sociedade que consome e produz informação. De acordo com Fairclough (1995), a análise do discurso não é um nível de análise da fonologia ou da léxico-gramática, mas uma exploração de como os textos em todos os níveis atuam dentro das práticas socioculturais. Uma vez que as pessoas não compreendem um mesmo conteúdo da mesma forma e nem o consomem pelas mesmas razões por mais padronizado que seja o conteúdo de uma emissão. (Cuche, 1999, p. 159).

Nesse sentido, o receptor recebe e divulga conteúdos os quais são produzidos localmente, mas se amplificam no diálogo com o global, no desejo narcísico de ver e ser visto, ainda que temporariamente. Por isso, o impacto da informação midiática desafia as práticas tradicionais de convencimento e persuasão, ao colocar o espectador como ator ativo de suas escolhas e, também, promotor de *opinião pública* (Silva, 2022, p. 25).

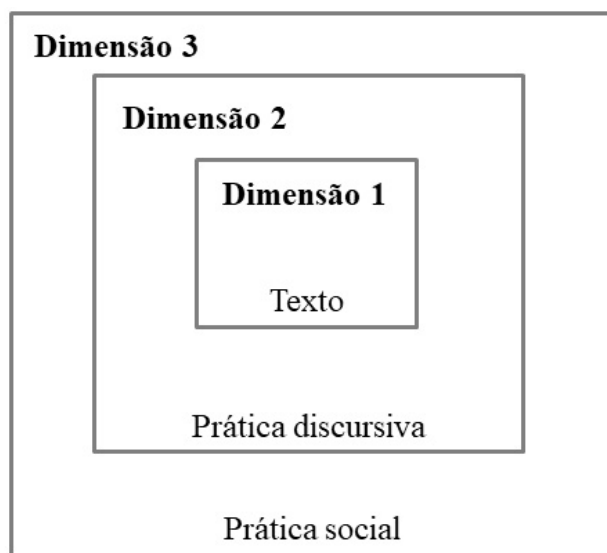
É interessante notar que há um fluxo contínuo de informações em rede, as quais permanecem constantemente em processo de construção e desconstrução além da criação de outro fenômeno comunicativo que diz respeito à criação de pseudo ambientes (Lippmann, 2017) construídos a partir da manipulação (não no sentido de influenciar, mas de “selecionar” [seletividade de distribuição de informação], ou seja, quais conteúdos terão o status de oficialidade dentro do domínio da opinião pública) e controle das narrativas – principalmente por parte da mídia *mainstream*, os quais produzem estereótipos e formas simplificadas de compreender a sociedade.

Assim, ainda que alguém decida fazer uma determinada apropriação (uso) de um dado conteúdo ou acontecimento – ao olhar para o cenário posto (dado pseudo ambiente) – é comum se deparar com uma realidade forjada, na qual não se enxerga e observa a influência de um grupo de pessoas influentes na administração da opinião pública. Este forjamento que se dá por meio de censura (inacessibilidade à informação e impossibilidade de fala) e impossibilidade de averiguação e assimilação de fatos e dados devido à rapidez com que são produzidos, disseminados e ora removidos de circulação pública (a depender de sua repercussão). Fato que pode gerar distorções nas percepções das pessoas, pois a sua perspectiva da “realidade” não pode ser observada dentro do contexto

da opinião pública (obviamente não porque este olhar não existe, mas porque é suprimido no processo de administração da opinião pública). O pseudo ambiente é uma representação do ambiente – que não corresponde a uma imagem verdadeira (Lippmann, 2017).

De acordo com Fairclough a linguagem gera opiniões e caracteriza as nossas atitudes – criando relações e práticas sociais, uma vez que a linguagem está associada ao exercício do poder. Fairclough busca com o seu método analisar como tal poder é estabelecido e reforçado por meio da linguagem – que ele entende como forma de prática social. Seu modelo de análise é composto de três dimensões (figura 7): a primeira dimensão é o “texto” (redação de discursos, imagens e mistura de todas as três formas de comunicação), constituindo a etapa de análise da palavra; a segunda dimensão é a prática discursiva (análise do texto) e; a terceira dimensão é a prática social (análise da norma). Entretanto, é preciso lembrar, que segundo Fairclough, não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso.

**Figura 7** – As três dimensões de análise do modelo de Análise Crítica do Discurso de Fairclough



**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Por exemplo, se analisarmos o texto da matéria “Programação preditiva: fato ou teoria da conspiração?” (excerto abaixo) publicado em 25 de novembro de 2022, no portal do R7, utilizando o método da Análise Crítica de Discurso (ACD) de Fairclough, identificamos qual a abordagem dos conceitos “programação preditiva” e “teoria da conspiração” adotada por uma jornalista (Patrícia Lage)

da grande mídia e qual a percepção do senso comum (sobre o assunto) – que é legitimador e sustenta as relações de dominação (Lages, 2022).

**Figura 8** – Exemplo de Análise Crítica do Discurso (ACD), utilizando excerto extraído de matéria veiculada no portal R7

Excerto a ser analisado	Primeira dimensão (texto = análise da palavra)	Segunda dimensão (prática discursiva = análise do texto)	Terceira dimensão (prática social = análise da norma)
	<b>Análise da escolha/seleção de palavras que revelam atitudes</b> (demonstração da parcialidade da linguagem que contém valores, atitudes e avaliações)	<b>Análise da ordem de discurso (aspecto semiótico de uma ordem social) e aspectos interacionais e comunicativos do texto.</b> Observação de como práticas discursivas são organizadas e controladas em uma sociedade (relações de poder e ideologias presentes em práticas sociais)	<b>Intertextualidade e a interdiscursividade</b> (análise da construção do texto e sua relação com discursos presentes na sociedade)
<p><b>Título:</b> Programação preditiva: fato ou teoria da conspiração?</p> <p><b>Subtítulo:</b> Conceito aponta que filmes, seriados e outras obras fictícias são utilizadas para programar aceitação de novos comportamentos</p> <p>Quando o assunto é Programação Preditiva há, pelo menos, duas grandes correntes de pensamento, além da que afirma que o conceito não passa de teoria da conspiração. Para uns, significa um tipo de premonição, onde eventos reais são previstos de forma sobrenatural em peças de ficção. Já para outros, trata-se do uso proposital de criações fictícias para preparar as pessoas a aceitarem novos comportamentos. Os defensores do conceito profético se utilizam de vários exemplos para defender seu ponto de vista, incluindo diversos episódios de 'Os Simpsons' que, supostamente, teriam "previsto" acontecimentos como o 11 de Setembro e o figurino de Kamala Harris na cerimônia de posse como vice-presidente dos Estados Unidos.</p>	<p>O título sugestivo gera uma polarização entre "fato" ou "teoria da conspiração", o que indica que o autor pretende discutir a veracidade ou não do conceito de Programação Preditiva – que é apresentado como controverso. A escolha das palavras "premonição", "sobrenatural" e "profético" para descrever a crença de que a programação preditiva é uma forma de prever eventos futuros por meio de obras de ficção sugere um tom cético em relação a essa visão. Enquanto isso, a descrição de que a programação preditiva é o "uso proposital de criações fictícias para preparar as pessoas a aceitarem novos comportamentos" sugere que essa é a visão mais aceitável ou realista. Os exemplos citados no texto servem para sustentar ambas as visões que também são sugestivas.</p>	<p>A prática discursiva do texto é a de apresentar e comparar duas diferentes visões sobre o conceito de programação preditiva em uma dualidade que já aparece no título (que contrapõe "fato" e "teoria da conspiração", este último explicitamente estabelecido como oposto a fato) – assim vemos uma perspectiva incrédula sobre sua veracidade da existência da realização de programação preditiva. O texto também pode ser entendido como uma tentativa de desmistificar o conceito de programação preditiva e de incentivar o leitor a questionar sua validade. Ao citar exemplos controversos, o autor sugere que a crença na programação preditiva pode ser baseada em uma ilusão ou em uma tendência de ver padrões onde eles não existem.</p>	<p>O texto reflete uma prática social em que a crença em teorias da conspiração é vista como algo duvidoso ou irracional. O autor sugere que a visão de que a programação preditiva é uma técnica de manipulação de massas é mais racional e aceitável. Além disso, o texto também reflete a prática social de que é importante questionar a veracidade de informações e crenças que são amplamente difundidas. Isso é sugerido pela descrição de como o conceito de programação preditiva pode ser visto como uma teoria da conspiração e pela apresentação de exemplos controversos.</p>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Percebemos então, que estabelecer determinadas versões alternativas como “teorias da conspiração” é uma forma de manter a ordem social – contribuindo para a manutenção de poder e dominação dos chamados meios oficiais. Uma vez que as versões alternativas são marginalizadas ao serem classificadas como “teorias da conspiração”.

A questão mais complexa em relação à programação preditiva é que dependemos da admissão dos produtores de determinados conteúdos – mas a constatação de que ideias apresentadas em meios fictícios e midiáticos se tornaram realidade factual – já está posta (Silva, 2022, p. 193-195).

## NARRATIVAS DOMINANTES, OFICIAIS E OFICIOSAS

É importante reconhecer que determinadas fontes institucionais – como a ciência e a imprensa tradicional – possuem mecanismos próprios de verificação, validação e escrutínio público. No entanto, isso não as torna imunes a falhas, interesses ou possíveis distorções. A informação, matéria-prima fundamental tanto para o jornalismo quanto para a produção de conhecimento, é em si um conjunto de dados selecionados, organizados e interpretados a partir de perspectivas e interesses específicos. Como observa Harari (2024) em *Nexus*, a informação, por ser esse conjunto de dados filtrados, não possui uma base conceitual estável para estabelecer, de forma definitiva, uma fronteira clara entre o verdadeiro e o falso. Assim, o objetivo deste artigo não é advogar por um relativismo, mas reconhecer o momento crítico que vivemos em que se torna cada vez mais difícil separar discursos legítimos de falsos, mesmo quando originados em instituições historicamente reconhecidas como produtoras de conhecimento válido.

Logo, parte-se aqui da hipótese de que nem tudo o que é oficial é obrigatoriamente verdadeiro e nem tudo que é oficioso é falso ou digno de descrédito.

Não podemos ignorar que as empresas de comunicação têm profundo interesse em apoiar a estabilidade da atual hierarquia política e econômica. Sua existência e lucros extraordinários dependem disso. Essas empresas de sucesso contam com e também fazem parte de grandes estabelecimentos de varejo. Uma investigação da mídia de massa com o objetivo de convencer a população de que os mais altos elementos do governo nacional estão envolvidos no assassinato em massa de milhares de civis seria a história do século, ou o suicídio corporativo? Provavelmente ambos. Promulgar tais teorias da conspiração com toda a força da mídia de massa, teorias que minam a própria legitimidade do governo nacional e podem criar desilusão em massa, agitação violenta e até revolta e revolução generalizadas, é totalmente contrário ao seu interesse fundamental em uma ordem política e econômica estável. Especialmente quando esse governo é o dominante (ou entre os dominantes) na terra (Basham, 2018, p. 282, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Oficialidade não é sinônimo de verdade, pois como vimos com Basham, muitas verdades “inconvenientes” podem permanecer ocultas para uma suposta manutenção da ordem ou interesses particulares – Fairclough por sua vez chama a atenção para a errônea e suposta ideia de “transparência” da linguagem.

Dito isto, é oportuno expor a inadequação do termo oximorônico “*fake news*”, como bem aponta Neuwirth. A partir da qualificação de “*fake news*”, como um oximoro, Neuwirth examina criticamente as deficiências em uma distinção dicotômica entre fato e ficção (Neuwirth, 2022, p. 837).

Exposta a complexidade e antagonismo da definição do que é *fake news* e quem define o que é verdade e o que é mentira, vemos que os meios oficiais (organizações internacionais, autoridades públicas, emissoras, acadêmicos e plataformas privadas de mídia social) se apropriaram desse papel e estabeleceram os supostos “juízes da verdade”: os *fact Checkers* (Silva, 2022, p. 220.).

Assim, o poder e confiança depositados em organizações públicas e privadas, sem ponderação, questionamentos e ressalvas, consistem em uma ação perigosa e ingênua.

Recorre-se novamente aos pressupostos de Boaventura de Souza Santos, desta vez para servir de analogia para o que se quer comunicar. Santo se refere às epistemologias do sul como sendo perspectivas e narrativas alternativas ao pensamento abissal (Santos, 2017) – nesse sentido, pode-se aferir que as teorias da conspiração consistem em narrativas alternativas frente às versões oficiais. E enquanto, muitas vezes, o conhecimento produzido fora da esfera dominante é desconsiderado como saber, as teorias da conspiração são igualmente descartadas e, sobretudo ridicularizadas, mesmo quando se mostram justificadas (Dentith, 2012).

Para Boaventura de Souza Santos (2017) as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos e cada um com seus critérios de validade, resulta em uma constituição de conhecimentos rivais – o que por sua vez pode levar a um conhecimento com múltiplas perspectivas de significação e de sentido. Dessa forma ambos os argumentos (a constituição de conhecimentos rivais e a constituição semântica a partir de termos opostos) constroem sentido e significação.

É a partir dessa oposição semântica que se buscou respaldar e embasar esta contribuição às discussões sobre a produção, consideração e disseminação de outros conhecimentos.

## O ESTIGMA QUE ENVOLVE A LINGUAGEM

Os termos: “teórico da conspiração” e “negacionista” fazem parte do rol de palavras e expressões impregnadas por estigmas – este último associado, muitas vezes, a preconceito (Fairclough, 1995, p. 224). Certamente, isto não é uma exclusividade desses termos – há uma série de expressões que passam a compor uma lista crescente de palavras que supostamente devem ser abolidas do dicionário humano em suas diferentes línguas – dado o seu suposto potencial de gerar ofensa a partir de seus significantes (sentimentos que causam nas pessoas) – devido a uma suposta inadequação da linguagem: “[...] o conceito de ‘adequação’ na linguagem, e a visão comum de que variedades de uma linguagem diferem em serem apropriadas para diferentes propósitos e diferentes situações” (Fairclough, 1995, p. 233, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Como observa Goffman (1963), o estigma opera como uma marca social negativa que desqualifica a identidade de uma pessoa ou grupo, impedindo que seus discursos sejam avaliados com base em seu conteúdo. Da mesma forma, o rótulo ‘teoria da conspiração’ funciona, muitas vezes, como uma etiqueta depreciativa, um mecanismo discursivo que silencia questionamentos ao deslegitimar, de antemão, quem os formula.

Em fevereiro de 2023, a revista *The Economist* trouxe esta temática, usando uma tônica pertinente: “Se o estigma é o problema, usar palavras diferentes pode não ajudar, pois novos termos podem assumir o tom pejorativo daqueles que substituem” (If Stigma [...], 2023, tradução nossa). Evidenciando assim a ineficiência da substituição de termos entendidos ou classificados como ofensivos ou pejorativos, de forma que esta ação de forçar uma revisão e edição da linguagem falada e escrita, por parte de supostos leitores sensíveis tendem a empobrecer a linguagem e amordaçar os seus falantes.

A matéria da revista faz menção ao grande volume de mensagens recebidas por parte de leitores fazendo as mais diversas sugestões, por exemplo: substituir “escravos” por “pessoas escravizadas”; “minorias” por “pessoas minoritárias” ou “pessoas racializadas”; “viciados” por “usuários de drogas” ou “pessoas com problemas de abuso de substâncias”; “pessoas obesas” por “pessoas com obesidade”; “condenados” ou “presos” por “aqueles que estão encarcerados”, e assim por diante.



O colunista aponta que em cada instância, o alvo é um termo que é, ou pode ser visto como pejorativo. Sendo que a alternativa proposta pretenderia ser menos. Mas aqueles que encorajam essas substituições lexicais enfrentam vários problemas. Um deles é que embora possa ser feito um caso para cada mudança individual, a adoção de cada uma, rapidamente, tornará a escrita e a oralidade mais complexa, uma vez que cada nova sugestão é mais longa do que aquela que deveria substituir. Também fará com que o diálogo pareça menos natural, já que o objetivo é substituir palavras de uso comum por frases que não são.

O artigo da revista nos lembra de que mudar o mundo é algo difícil; mas mudar o idioma é muito mais fácil, e é por isso que a engenharia linguística pode seduzir pessoas que podem sentir que não têm outras ferramentas à mão além de seus teclados e se anseio de controlar o tipo de fala do outro.

Mas, de acordo com o colunista Johnson, tal engenharia não parece funcionar como esperado na linguagem. Substituir uma palavra estigmatizada geralmente resulta apenas no estigma associado à nova palavra, e cita mais alguns exemplos: a palavra “retardado” já foi uma maneira educada de dizer “deficiente mental”; o que estava em uso clínico de longa data antes de se tornar um insulto e, em última análise, profundamente ofensivo. “Necessidades especiais” veio a logo a seguir como uma opção, mas agora a palavra “especial” também parece ser uma provocação.

Além disso, como bem aponta Fairclough em relação à questão da adequação da linguagem, é comum vermos linguistas falando sobre o que é apropriado na fala de uma determinada comunidade e do que é julgado como apropriado, por tais grupos particulares (Fairclough, 1995, p. 249).

Trazendo mais alguns exemplos próprios da língua inglesa, o colunista cita ainda o caso da atual inadequação do termo “*handicapped*” e da adequação do termo “*disabled*”. A palavra “*Unhoused*” está ganhando terreno sobre “*homeless*”. Mas o colunista Johnson nos lembra de que essa ineficiente “esteira de eufemismo” é observada desde pelo menos a década de 1970. No entanto, as pessoas ainda esperam refazer o mundo por meio da linguagem: “As pessoas se deparam com [...] ‘dilemas ideológicos’, que elas tentam resolver ou conter por meio de formas discursivas de luta.”. (Fairclough, 1995, p.79, tradução nossa)<sup>13</sup>. Ou impor um suposto ideal de sociedade por meio da linguagem: “[...] um mundo tão perfeitamente ordenado é estabelecido como um ideal por aqueles que desejam

impor sua própria ordem social à sociedade no reino da linguagem” (Fairclough, 1995, p. 233, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Segundo o colunista Johnson, outros ativistas decidiram que não há nada de errado em, por exemplo, ser “gordo” e estes adotaram o termo. Assim, na opinião do mesmo, a ideia de mostrar orgulho é provavelmente mais eficaz do que trocar palavras.

Por fim, ressalva que a linguagem cotidiana provavelmente será tão útil quanto a terminologia mais recente recomendada por ativistas, ou seja, ineficaz; e afirma que apesar da escrita centrada nas pessoas ser algo positivo – há mais de uma maneira de colocar as pessoas no centro.

Este fenômeno de substituição de termos chegou, inclusive, aos livros já publicados que são submetidos a uma leitura sensível e edição antes de serem relançados. Algo similar ocorre com relação aos livros inéditos que passam a ser revisados a partir dessa lente supostamente sensível antes de serem lançados – resultando em um controle de como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em determinados contextos socioculturais, o que por sua vez é: “O poder de controlar discursos [que] é visto como o poder de sustentar práticas discursivas particulares com investimentos ideológicos particulares dominantes sobre outras práticas alternativas (incluindo as opostas)” (Fairclough, 1995, p.2, tradução nossa.)<sup>15</sup>.

As editoras contratam “leitores sensíveis” para oferecer uma camada extra de supervisão editorial, antes da publicação de um livro – em uma espécie de “higienização ou sanitização da cultura” por meio da língua, a fim de reescrever a literatura. Suas áreas individuais de especialização geralmente correspondem às suas próprias identidades ou experiências – uma determinada etnia, deficiência ou orientação sexual. O que, segundo os editores, os tornam mais qualificados para identificar frases supostamente problemáticas. Contudo, como mostra o escritor, roteirista e ficcionista Dagomir Marquenzi cada livro reflete o momento em que foi escrito: “A Odisseia, de Homero, reflete a realidade vivida no século VIII a.C. Dom Casmurro reflete o Brasil de 1899. Cem Anos de Solidão reflete a Colômbia de 1967” (Marquenzi, 2023) o que se confirma em Fairclough: “[...] uma linguagem e uma ordem de discurso – isto é, uma estruturação historicamente particular de práticas discursivas (de produção de texto) [...]” (Fairclough, 1995, p.7, Tradução nossa)<sup>16</sup>.



Muitos editores veem os leitores sensíveis como apenas um grupo entre uma série de especialistas empregados para proteger suas reputações, como explica outro artigo da revista *The Economist* (Why Did [...], 2023). Mas o fato de haver uma necessidade percebida deles também reflete um problema mais amplo em locais onde as indústrias editoriais carecem de uma equipe diversificada. Alguns críticos distinguem entre usar leitores de sensibilidade para ajudar os autores a desenvolver personagens realistas para novos romances e implantá-los para revisar obras clássicas.

Tendo exposto este cenário, talvez nós estejamos em uma fase inicial do contexto retratado na obra de ficção *“Fahrenheit 451”* de Ray Bradbury (publicado pela primeira vez em 1953) – um cenário distópico que retrata um sistema totalitarista que dita as regras para uma sociedade manipulada pelo governo – nessa sociedade, os livros deveriam ser queimados, uma vez que determinados conteúdos (quase a totalidade) eram proibidos de serem lidos, ou melhor, proibidos de existir. Resultando em uma sociedade alienada, vigiada e controlada. Um mundo sem passado, sem tradições, sem referências boas ou ruins de qualquer outra realidade senão aquela tida como suposta ordem imposta pelo governo.

Sinalizando a contínua dicotomia que parece assombrar a humanidade, por exemplo, no último caso citado, entre os que se conformam ao sistema e aqueles que buscam sobreviver às margens, mantendo seus livros seja em bibliotecas ou em suas memórias. Como nas reflexões que fizemos ao longo deste artigo, entre oficial e oficioso, entre qualificado e não qualificado, entre negacionista ou teórico da conspiração e alguém supostamente elucidado.

Na obra, *“Fahrenheit 451”* há um ponto importante de ressaltar, não se trata apenas do governo vigiando e controlando os seus “cidadãos”, há na verdade uma cultura de vigilância na qual os indivíduos de uma determinada sociedade denunciam aqueles que não se conformam à ordem imposta. Há assim um policiamento do viver e de como se pode viver.

Trazendo esta questão para a linguagem falada e escrita atual (início do nosso século XXI), vemos já um policiamento verbal em todas as esferas e ambientes, sempre apontando quando uma determinada expressão ou palavra que entrou para a lista dos termos proibidos que além de crescente é mutante, ou seja, o adequado de hoje pode ser o inadequado de amanhã.

Há um receio constante do que pode ou não ser dito, uma vez que o temor de não ser politicamente correto ronda a todos, já que ser mal interpretado pode ter consequências sérias, inclusive judiciais, pois como já vimos, mudanças na linguagem indicam uma mudança mais profunda acontecendo, já que a linguagem é um dos meios pelos quais o direito atua (Neuwirth, 2022, p. 837)<sup>17</sup>.

Seria esta revisão, por parte de leitores sensíveis, uma forma de administrar a própria história? Este questionamento nos remete a outra distopia retratada na ficção, a obra “1984” de George Orwell que traz o personagem Winston Smith, um indivíduo, que trabalha no Ministério da Verdade aprisionado em uma sociedade totalitária dominada pelo Estado. A função de Winston é reescrever, alterar e dar cabo de determinados conteúdos conforme o interesse do Partido – ou seja, o seu papel é o de reescrever a história para que o passado fosse esquecido – privando seus indivíduos do direito à memória e a busca pela verdade.

Manipular a linguagem, independentemente de uma suposta causa nobre por detrás disso, é uma forma de empobrecer as sociedades e fraudar o mundo como bem aponta David Kaye (Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Expressão 2004-2020):

[...] Na medida que estamos eliminando a expressão, estamos também eliminando o desafio, estamos limitando o esforço. As pessoas não deveriam ficar surpresas se no futuro houver menos informação disponível para elas, informação menos ousada, menos provocativa – disponível online. Eu acho que seremos uma sociedade pobre por causa disso (David [...], 2016, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Antes do advento da internet (1969) e sua proliferação (final da década de 1980), a maior parte do acesso às versões de acontecimentos históricos que chegaram até nós foi por meio da escrita impressa, em particular dos livros, e mesmo hoje, isto se dá por intermédio dos mais diversos meios digitais. Assim, obras textuais revelam muito da nossa história – o que faz com que Fairclough nos dê uma razão histórica para justificar a importância da análise textual dado o papel que as obras textuais desempenham nas pesquisas sociais.

[...] os textos são barômetros sensíveis de processos sociais, movimento e diversidade, e a análise textual pode fornecer indicadores particularmente bons de mudança social. [...] os textos fornecem evidências de processos em curso, como a redefinição das relações sociais entre profissionais e públicos,

a reconstituição de identidades sociais e formas de si, ou a reconstituição do conhecimento e da ideologia. [...] A análise textual pode, portanto, atuar como um contrapeso para análises sociais excessivamente rígidas e esquematizantes, e é um método valioso em estudos de mudança social e cultural (Fairclough, 1995, p. 209, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Assim, esse fenômeno tem grande potencial de alterar a forma como as gerações futuras irão vislumbrar e perceber o passado, seus autores e respectivos escritos – pois assim como vimos que pseudo ambientes são criados, pseudo passados, e conseqüentemente, pseudo percepções do mesmo tendem a emergir. Resultando em uma grande confusão entre linguagem e realidade, na qual não se fala mais sobre um mundo real, mas sobre um mundo fictício associado a linguagens inventadas.

Talvez a intervenção atual (por meio da revisão de “leitores sensíveis”) em obras clássicas e novas publicações podem ser atendidas como alterações sutis, que podem a priori parecer inofensivas e altruístas. Entretanto, essas atuais “sutilezas” podem abrir precedentes para alterações diversas e constantes, pois como vimos o “dicionário do politicamente correto” está sempre mudando e aumentando.

Além disso, o campo do “sentir-se ofendido” parece igualmente um crescente contínuo. Assim, esta era de fragilidades abre o espaço perfeito para o totalitarismo generalizado, não apenas por parte do Estado, mas também por parte das instituições privadas e com apoio e aval dos indivíduos que parecem não se importar mais com liberdade, mas conformidade a novos supostos modos adequados de expressão.

O desejo de moldar ou silenciar a fala do outro, assim como apagar do passado vestígios de linguagens supostamente inadequadas pode revelar um caráter narcisista do nosso tempo (século XXI). Todos nós, podemos olhar para trás e vermos falas e acontecimentos históricos que nos desconcertam, constroem, enfurecem ou entristecem, mas acessar eventos passados adversos e modos de expressão tidos como não mais apropriados ou desejáveis é uma forma de aprendizagem e de apreensão da realidade para além das lentes da nossa percepção.

Outras realidades sempre vão existir, estando estas ora à margem ou ora ao centro, a complexidade da vida humana não cabe em regimes autoritários e formas impostas de expressão.

Mas não são apenas os regimes totalitários que silenciam, vemos que mesmo no Ocidente onde vigoram democracias – falas são silenciadas. O Brasil, por exemplo, registrou a terceira maior queda na última década em um *ranking* que mede a liberdade de expressão em 161 países, perdendo 38 pontos de 2011 a 2021 (em uma escala de vai de zero a 100), e passou a ocupar a 89º posição no levantamento realizado anualmente, pela ONG (Queiroz, 2022).

O que nos permite refletir de forma mais profunda sobre o estigma que envolve as “teorias da conspiração” tidas como fantasiosas tal qual as obras de ficção. Neuwirth examina, em seu artigo de 2022, criticamente as deficiências em uma distinção dicotômica entre fato e ficção e aponta para autores que se debruçam sobre teorias da conspiração e programação preditiva (geralmente atribuída a teóricos da conspiração e se refere a uma prática pela qual a mídia de massa é usada para doutrinar [familiarizar as massas com determinadas ideias de forma sutil para que haja uma absorção inconsciente da informação] e assim ocorram futuras mudanças sociais ou tecnológicas), como é o caso do autor Morgan Robertson, em sua obra de 1898, que “profetizou” o naufrágio mais famoso da história: o Titanic.

Outra fonte de crenças da teoria da conspiração são histórias fictícias contadas em diferentes mídias que precedem sua ocorrência real. Por exemplo, a maioria das pessoas já ouviu ou viu um filme sobre o Titanic, o transatlântico que afundou tragicamente em 15 de abril de 1912, após colidir com um iceberg em sua travessia transatlântica de Southampton para a cidade de Nova York. Poucas pessoas, porém, conhecem um romance intitulado “O naufrágio do Titã: ou Futilidade”, que conta a história fictícia de um navio a vapor chamado Titã, considerado praticamente inafundável, mas que depois “se jogou contra um iceberg” e afundou. Esta história fictícia, no entanto, foi publicada pela primeira vez em 1898, 14 anos antes do trágico acidente real envolvendo o Titanic (Neuwirth, 2022, p. 842, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Segundo Neuwirth, tais eventos, onde a ficção precede o fato, são frequentes. Muitas vezes, dão origem a especulações e tentativas de explicá-los cientificamente, como coincidências, por exemplo, (Neuwirth, 2022, p. 842).

O que não significa que não haja de fato a possibilidade da existência de uma conspiração real, ou seja, uma busca secreta e ativa de certos objetivos ilegais.

Outro exemplo de programação preditiva na literatura é a obra publicada em 1981 *"The eyes of darkness"* por Dean Koontz. A obra prevê o surgimento do coronavírus em Wuhan e cita uma arma biológica que se chama "Wuhan-400", um micro-organismo desenvolvido como arma biológica em um laboratório perto da cidade de Wuhan, justamente a cidade que apresentou os primeiros casos da epidemia real de Covid-19, oficialmente comunicada em março de 2020.

Neuwirth ainda sinaliza que o direito, como a literatura, pode usar a programação preditiva como um meio inicialmente fictício para "empurrar" silenciosamente as pessoas para que aceitem e eventualmente concordem com certas verdades confortáveis ou desconfortáveis, dependendo dos objetivos pretendidos (Neuwirth, 2022, p. 843).

Saindo do campo da literatura e adentrando ao cenário musical a fim de complementar o exemplo anterior, temos o intrigante caso do rapper Dr. Creep que escreveu em 2013, uma música chamada *"Pandemic"* (Álbum: *"I am the storm"*). A letra faz menção a uma pandemia global que ocorreria em 2020, que derrubaria as economias e causaria desordem. A letra também especifica que o vírus seria o Coronavírus. Ao ser questionado por sua "profecia", o rapper afirmou que realizou uma pesquisa em 2012, lendo as denominadas "teorias da conspiração", estas últimas definidas pelo rapper como investigações que a mídia não quer que as pessoas pesquisem. O rapper afirma que de acordo com aquelas teorias da conspiração, pandemias estariam prestes a acontecer nas décadas de 2020 e 2030. Assim, o rapper afirma ter escrito a letra da música *"Pandemic"*.

O ponto curioso sobre as programações preditivas é que por mais proféticas que parecem ser (seja por meio de obras literárias, musicais, informacionais [grande mídia] ou cinematográficas [indústria do entretenimento]) elas nunca são assumidas enquanto tal, ou seja, no fim do dia, sempre são consideradas como uma grande coincidência. O que acentua a afirmação de Neuwirth: "Há também a imensa dificuldade prática em determinar além de qualquer dúvida razoável e em um determinado momento no tempo e no espaço o que constitui um fato e o que pertence ao mundo da ficção" (Neuwirth, 2022, p. 851).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão objetivou contribuir com o enriquecimento da compreensão do conceito de “teoria da conspiração” e seus conceitos irmãos: “negacionismo” e “programação preditiva”, a partir da explanação da evolução linguística do termo. O recurso metodológico cotejou com o respaldo das abordagens da Análise Crítica do discurso (ACD). O trabalho de apreender a historicidade de um conceito prescinde uma arqueologia dos sentidos possivelmente contidos nele (Barros, 2016, p. 64), no esforço de captar a dimensão de sua extensão (aplicabilidade) e nível de múltiplos significados. Foi possível elaborar “árvores conceituais” para evidenciar a polissemia própria dos conceitos e seu potencial generalizador.

Diante do paralelo estabelecido entre o sentido de tais conceitos dentro do senso comum e perante estudiosos que se debruçam sobre o tema constatou-se a evolução do sentido pejorativo do conceito de “teoria da conspiração” graças à influência de governos ou de pessoas influentes no desenvolvimento da linguagem (Rankin Junior, 2017).

A tentativa dos argumentos expostos evidencia o papel da representação social na construção do imaginário coletivo e no sentido da construção da realidade, a partir do papel central das mídias nesse processo. Apontou-se o fato da manipulação da opinião pública e a exposição dos indivíduos com pseudo ambientes que promovem uma visão “eleita” como a “ideal” a ser impressa nas imagens criadas, como representações da realidade.

A polissemia dos conceitos é real e mesmo imprescindível para que uma palavra ou termo seja classificado e entendido como conceito, mesmo quando o sentido destes, pelo senso comum, sufoque os demais sentidos de um conceito. Foi valorizado o fato de que cada conceito tem um sentido em seu tempo e faz-se necessário levar esse aspecto em conta a fim de não cometermos anacronismos.

Diante do paralelo estabelecido entre as narrativas alternativas por excelência, as teorias da conspiração, e as intervenções epistemológicas (Santos, 2017) – evidenciou-se que ambas “lutam” por consideração – por se fazer ouvir, rompendo com estigmas, pré-concepções e julgamentos diante de um novo olhar, uma nova explicação que não necessariamente refuta as demais perspectivas, antes visa contribuir com um prisma ainda não considerado.

Também se buscou examinar em mais profundidade a questão do estigma envolto na linguagem. Percebemos que embora haja uma tentativa de mudança

no uso da língua por meio de uma engenharia linguística – a solução não está na substituição de termos. Uma vez que os termos substitutos (entendidos ou classificados como adequado) rapidamente podem se tornar igualmente inadequados devido ao estigma que os acompanha de uma forma ou de outra – assim é uma questão de tempo para que tais termos caiam na lista de expressões e palavras proibidas. Pois os significantes (sentimentos que causam nas pessoas) mudam o tempo todo, e por serem em sua própria constituição, subjetivos, tais imposições de fala são arbitrárias e totalitárias mesmo que “escondidas” por detrás de um discurso de respeito, busca de aceitação e igualdade.

Em continuidade à questão do estigma, reforçamos outras formas de busca de alteração da linguagem, citando o exemplo de revisões que têm sido feitas em obras literárias clássicas e inéditas, a fim de suprimir eventuais e supostos termos pejorativos, e propusemos reflexões sobre como a alteração de obras literárias podem mudar a percepção do passado e privar as pessoas do direito à memória (ainda que de lembranças e acontecimentos adversos) e busca pela verdade.

Em síntese, a produção de conhecimento não pode ser contida, mesmo quando desconsiderada, e os olhares alternativos são tão legítimos quanto os dominantes – porque cada ponto de vista traz um aspecto da realidade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

BASHAM, Lee. Joining the Conspiracy. *Argumenta*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 271-290, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23811/55.arg2017.bas>

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

BUTTER, Michael; KNIGHT, Peter. 'The History of Conspiracy Theory Research: a Review and Commentary'. In: Joseph E. Uscinski (ed.). *Conspiracy Theories and the People Who Believe Them*. New York: online edn: Oxford Academic, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780190844073.003.0002>.

BYFORD, J. Beyond belief: The social psychology of conspiracy theories and the study of ideology. In: ANTAKI, C.; CONDOR, S. (ed.). *Rhetoric, ideology and social psychology: essays in honour of Michael Billig*. London: Routledge, 2014. p. 83-94.



CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DAVID Kaye on the Global Challenges to Freedom of Expression. [S. l.: s. n], 2016. 1 vídeo (1h 24min). Publicado pelo canal Department of Public Policy at CEU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mv5EqJMYXGQ>. Acesso em: 17 set. 2025.

DEHAVEN-SMITH, Lance. *Conspiracy Theory in America*. Texas: University of Texas Press, 2013

DENTITH, Matthew Richard Xavier. *Xander Xanthias Xerxes Xanatos X Dracos Hieronymus Oliphant Ransome*: in defense of conspiracy theories. 2012. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) - University of Auckland, Auckland, 2012.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

FENSTER, Mark. *Conspiracy Theories: secrecy and Power in American Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1999.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

GRAUMANN, Carl F.; MOSCOVICI, Serge (Org.). *Changing Conceptions of Conspiracy*. New York: Springer-Verlag, 1987.

HARARI, Yuval Noah. *Nexus: a Brief History of Information Networks from the Stone Age to AI*. New York: Random House, 2024. 492 p.

HOFSTADTER, Richard J. *The paranoid style in American politics*. New York: Harper's Magazine, 1964.

IF STIGMA is the problem, using different words may not help. *The Economist*, London, 16 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/culture/2023/02/16/if-stigma-is-the-problem-using-different-words-may-not-help>. Acesso em: 2 mar. 2023



LAGES, Patrícia. Programação preditiva: fato ou teoria da conspiração? *R7*, São Paulo, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://lifestyle.r7.com/patricia-lages/programacao-preditiva-fato-ou-teoria-da-conspiracao-25112022?amp>. Acesso em: 23 abr. 2023.

LATOUR, Bruno. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. *Critical Inquiry*. Chicago, v. 30. p. 225-248, 2004. Disponível em: [89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf \(bruno-latour.fr\)](https://www.bruno-latour.fr/publications/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf). Acesso em: 26 maio 2023.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARQUEZI, Dagomir. A higienização da cultura. *Revista Oeste*, São Paulo, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://revistaouest.com/revista/edicao-154/a-higienizacao-da-cultura/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MILLER, Mark Crispin. Preface. In: PARENTI, Michael. *Dirty Truths*. San Francisco: City Lights Books, 1996. p. 7-14.

NEUWIRTH, Rostam J. The Global Regulation of “Fake News” in the Time of Oxy-mora: facts and Fictions about the Covid19 Pandemic as Coincidences or Predictive Programming? *International Journal for the Semiotics of Law*, [London], v. 35, p. 831-857, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11196-021-09840-y.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

OED - Oxford English Dictionary Online. Entry: conspiracy theory. Oxford University Press, 2024. Disponível em: [www.oed.com](https://www.oed.com). Acesso em: 17 dez. 2025.

POPPER, Karl. *Open Society and Its Enemies*: book II. London: Routledge and Kegan Paul, 1945.

QUEIROZ, Gustavo. O Brasil é o 89º em ranking da liberdade de expressão medido em 161 países, aponta ONG. *Estadão*, São Paulo, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/brasil-e-o-89-em-ranking-da-liberdade-de-expressao-medido-em-161-paises-aponta-ong/>. Acesso em: 3 mar. 2023

RANKIN JUNIOR, James Edwin. *The conspiracy theory meme as a tool of cultural hegemony: a critical discourse analysis*. 2017. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy in Human and organizational Systems) - Fielding Graduate University, Santa Barbara, 2017.

ROBERTSON, Morgan. *The wreck of the titan: or, futility*. Rahway: The Quinn and Boden Press, 1898.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Cintia Coelho da. *Tendências e Contornos da Sociedade de Consumo*: primeiro livro da trilogia Mídia, Mediações e Consumo. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

VAN PROOIJEN, Jan-Willem; ACKER, Michele. The influence of control on belief in conspiracy theories: Conceptual and applied extensions. *Applied Cognitive Psychology*, [Montreal], v. 29, n. 5, p. 753-761, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/acp.3161>.

WHY DID “sensitivity readers” revise Roald Dahl’s books?. *The Economist*, London, 23 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2023/02/23/why-did-sensitivity-readers-revise-roald-dahls-books>. Acesso em 3 mar. 2023.

## NOTAS

- 1 Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0001-7999-1748>. **E-mail**: [coelho\\_cintia@hotmail.com](mailto:coelho_cintia@hotmail.com)
- 2 Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestre em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0001-5825-3084>. **E-mail**: [isasilveira@mackenzie.br](mailto:isasilveira@mackenzie.br)
- 3 Popper’s conspiracy theory of society is a version of such a theory, and the theories discussed by Cubitt, Fenster, Hofstadter and Groh also fall under this general schema. Obviously, these writers take a dim view of these theories [...].
- 4 Esta constatação foi explanada pelo professor Mark Crispin Miller da NYU, que ao acessar os arquivos do New York Times, do Washington Post e da Revista Time, procurando pelos termos: “teoria da conspiração” e “teórico da conspiração”, descobriu que até 1967, o termo “teoria da conspiração” teria sido usado ocasionalmente, enquanto que o termo “teórico da conspiração” nunca havia sido usado até então na mídia impressa. Segundo o professor, o ano de 1967 foi o período em que a CIA enviou seu memorando 1035-60 a todos os chefes de estação em todo o mundo, explicando que o problema que enfrentavam foi a atenção que certos “teóricos da conspiração” foram ganhando ao levantar questionamentos sobre o Relatório Warren. O memorando (1035-60) orientava os chefes de estação da CIA a acionar seus contatos na mídia e incentivá-los a desacreditar os “teóricos da conspiração”. Os “teóricos da conspiração” seriam pessoas como Mark Lane, Edward J. Epstein e outros que escreveram livros com questionamentos sobre o Relatório Warren.
- 5 Existem obras que são consideradas precursoras do gênero, tais como: “Biarritz” de Hermann Goedsche (publicado em 1864); “Os Protocolos dos Sábios de Sião” (publicado em 1903), obs.: não há um autor específico para os Protocolos dos Sábios de Sião – o texto teria sido criado por Mathieu Golovinski, em 1898, a mando do czar Nicolau II da Rússia. Há também a obra “The Turner Diaries” de William Luther Pierce (publicado em 1978) e “Os Pilares da Terra de Ken Follet” (publicado em 1989). A literatura de temática conspiratória atingiu o seu apogeu na literatura estadunidense do pós-guerra mundial com autores como: William S. Burroughs, Don DeLillo, Joseph Heller, Ken Kesey e Thomas Pynchon. No início do século XXI há o destaque para as obras “Inferno” (2013) e “O Código da Vinci” (2003) de Dan Brown.
- 6 Popularizada na década de 1990, consiste na implantação de um poder supranacional por meio da unificação de todos os países debaixo de um único governo: uma única moeda, religião, governo, exército, idioma e etc. Uma concentração absoluta de controle e poder que teria que ser formado por organizações igualmente supranacionais. Embora até a década de 1990 essa teoria da conspiração era tida como falaciosa, ou seja, não justificada, no ano de 2020 o termo “New World Order” virou descrição do logo da Organização das Nações Unidas – ONU.
- 7 Em 1990, Nayirah (15 anos) testemunhou perante o Congresso sobre as atrocidades que os soldados iraquianos estavam infligindo no Kuwait. O testemunho ajudou a “empurrar” os EUA para a guerra do Golfo. A história não era verdadeira.
- 8 [...] the term conspiracy theory is both an essentially contested and oxymoronic concept. In line with the latter qualification, it is interesting to note that the lack of understanding of the term is caused, inter alia, by a too fragmented scholarly debate,

unrealistic assumptions about the causality of events and a strictly binary manichean logic breaking everything down into good or evil. [...] the term conspiracy theory can also be understood as a form of “controlled opposition,” which can be defined as the use of a small amount of ridiculous or exaggerated disinformation aimed at discrediting a wider range of genuine information or legitimate claims.

- 9 [...] changes in language indicate a deeper change happening, possibly indicating a cognitive revolution requiring a deeper inquiry into de links between language, logic and the senses. As language is one of the means trough which the law acts, the apparent rise in the Number of oxymora and paradoxes in scientific and legal discourses must be taken seriously, as it has wider repercussions for the future in general.
- 10 [...] the need to defend and sustain critical analysis at a time when it is under attack [...] change in discursive [is] part of wider processes of social and cultural change.
- 11 We cannot ignore that communication corporations have profound interests in supporting the stability of the present political and economic hierarchy. Their existence and extraordinary profits rest on it. These successful corporations rely on and are also part of vast retail establishments. Would a mass-media investigation aimed at convincing the population that the highest elements of national government are involved in the mass-murder of thousands of civilians be the story of the century, or corporate suicide? Probably both. Promulgating such conspiracy theories with the full force of mass media, theories that undermine the very legitimacy of national government and can create mass disillusionment, violent unrest, even widespread revolt and revolution, is entirely contrary to their fundamental interest in a stable political and economic order. Particularly when that government is the dominant (or among the dominant) one on Earth.
- 12 [...] the concept of ‘appropriateness’ in language, and the commonplace view that varieties of a language differ in being appropriate for different purposes and different situations.
- 13 “People are faced with [...] ‘ideological dilemmas’, which they attempt to resolve or contain through discursal forms of struggle.”.
- 14 [...] a perfectly ordered world is set up as an ideal by those who wish to impose their own social order upon society in the realm of language.
- 15 The power to control discourse is seen as the power to sustain particular discursive practices with particular ideological investments in dominance over other alternative (including oppositional) practices.
- 16 [...] a language, and order of discourse – that is, a historically particular structuring of discursive (text-producing) pratices [...].
- 17 [...] changes in language indicate a deeper change happening, possibly indicating a cognitive revolution requiring a deeper inquiry into de links between language, logic and the senses. As language is one of the means trough which the law acts, the apparent rise in the Number of oxymora and paradoxes in scientific and legal discourses must be taken seriously, as it has wider repercussions for the future in general.
- 18 “[...] To extend that we are limiting expression, we are also limiting challenge, we are limiting effort. People shouldn’t be surprised if in the future there will be less Information available to them, less provocative Information available online, and I think that we will be a poorer society for it..”.
- 19 [...] Texts are sensitive barometers of social processes, movement and diversity, and textual analysis can provide particularly good indicators of social change. [...] Texts provide evidence of ongoing processes such as the redefinition of social relationships between professionals and publics, the reconstitution of social identities and forms of self, or the reconstitution of knowledge and ideology. [...] Textual analysis can therefore act as a counter-balance to overly rigid and schematizing social analyses, and is a valuable method in studies of social and cultural change.
- 20 Another source for conspiracy theory beliefs are fictitious stories told in different media that precede their actual occurrence. For example, most people have heard or seen a movie about the Titanic, the ocean liner that tragically sank on 15 April 1912, after colliding with an iceberg on its transatlantic crossing from Southampton to New York City. Few people, however, are aware of a novella entitled “The Wreck of the Titan: Or Futility”, which tells the fctitious story of a steamship called Titan, which was considered practically unsinkable but later had “hurled itself at an iceberg” and sank. This fictitious story, however, was first published in 1898, which is 14 years before the real tragic accident involving the Titanic happened.